

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DEYMETON BARBOZA SANTOS

CUSTO EFETIVO TOTAL: SIMULAÇÕES DE FINANCIAMENTO
HABITACIONAL E VEICULAR

DOURADOS/MS

2022

DEYMETON BARBOZA SANTOS

**CUSTO EFETIVO TOTAL: SIMULAÇÕES DE FINANCIAMENTO
HABITACIONAL E VEICULAR**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Martins Noriller

Banca Examinadora:

Professora Prof^a Dr^a Maria Aparecida Farias de Souza
Nogueira

Professora Me. Glenda de Almeida Soprane

Dourados/MS

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

Santos, Deymeton Barboza
Custo efetivo total: simulações de financiamento habitacional e veicular. / Deymeton Barboza Santos. – Dourados, 2022.
Orientador: Professor Dr. Rafael Martins Noreiller
TCC (Graduação) Ciências Contábeis - Universidade Federal da Grande Dourados.
1. Financiamento habitacional – veicular. 2. Custo efetivo total. 3. Instituições financeiras. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
ECONOMIA - FACE/UFGD



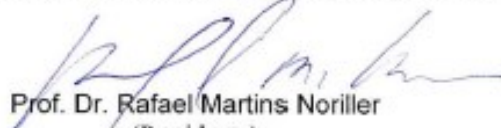
ATA DE APROVAÇÃO DE BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE
GRADUAÇÃO II, SEMESTRE LETIVO 2022.1

CUSTO EFETIVO TOTAL: SIMULAÇÕES DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL E VEICULAR

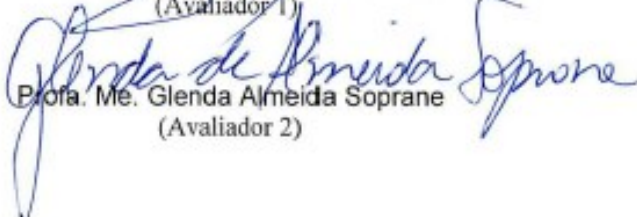
Deymeton Barboza Santos

Esta monografia, realizada presencialmente, foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:


Prof. Dr. Rafael Martins Noriller
(Presidente)


Profa. Dra. Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira
(Avaliador 1)


Profa. Me. Glenda Almeida Soprane
(Avaliador 2)

DOURADOS-MS, 25 de outubro de 2022.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	07
1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA.....	08
1.2. OBJETIVOS.....	09
1.2.1. OBJETIVO GERAL.....	09
1.2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	09
1.3. JUSTIFICATIVA.....	09
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1. SISTEMA DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL (SFH).....	11
2.2 SISTEMA DE FINANCIAMENTO VEICULAR (SFV).....	13
3 METODOLOGIA.....	16
3.1. DELINEAMENTOS DA PESQUISA.....	16
3.2. DEFINIÇÕES DA ÁREA.....	17
3.3. TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS.....	17
3.4. TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS.....	19
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
6 REFERÊNCIAS.....	25

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Padrão adotado na coleta do Sistema de Financiamento Habitacional.....	18
TABELA 2 - Padrão adotado na coleta do Sistema de Financiamento Veicular.....	18
TABELA 3 - Sistema de Financiamento Habitacional.....	21
TABELA 4 - Comparativo entre o CET e a TIR.....	21
TABELA 5 - Sistema de Financiamento Veicular.....	22
TABELA 6 - Comparativo entre o CET e a TIR.....	22

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo, analisar o custo efetivo total, dos financiamentos habitacionais e veiculares de cinco instituições financeiras da Capital do Mato Grosso do Sul, Campo Grande-MS. Para isso foi realizado uma Pesquisa Descritiva e Documental, no qual o objetivo da análise foram os dados buscados nos bancos Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Itaú Unibanco e Santander e aplicados aos métodos e técnicas de mensurações tradicionais sendo elas, valor presente líquido, taxa interna de retorno com a taxa mínima de atratividade equivalente a taxa Selic de outubro de 2022. Os resultados mostraram que na maioria dos bancos o custo efetivo total fornecidos pelas instituições financeiras são similares ao encontrado na pesquisa, e a melhor opção entre as entidades financeiras foi a Caixa Econômica Federal nas duas modalidades apresentando no financiamento habitacional um custo efetivo total de 9,37% a. a. e no financiamento veicular um custo efetivo total de 17,16% a. a.

Palavras-chave: Financiamento Habitacional; Financiamento Veicular; Custo Efetivo Total; Instituições financeiras.

ABSTRACT

This work aims to analyze the total effective cost of housing and vehicle financing of five financial institutions in the Capital of Mato Grosso do Sul, Campo Grande-MS. For this, a Descriptive and Documentary Research was carried out, in which the objective of the analysis was the data sought in the banks Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Itaú Unibanco and Santander and applied to the methods and techniques of traditional measurements, being them, net present value, internal rate of return with the minimum attractiveness rate equivalent to the Selic rate of October 2022. The results showed that in most banks the total effective cost provided by financial institutions is similar to that found in the survey, and the best option among entities was Caixa Econômica Federal in both modalities, presenting a total effective cost of 9.37% in housing financing. The. and in vehicle financing, a total effective cost of 17.16% a. The.

Keywords: Housing Finance; Vehicle Finance; Total Cost Effectiveness; Financial Institution.

1 INTRODUÇÃO

O crédito no Brasil iniciou-se através da resolução nº 63, de 21 de agosto de 1967, em deliberação do Conselho Monetário Nacional, que permitiu que os bancos tomassem a captação de empréstimos externos destinados a ser revertido a empresas no país (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1967). E esse crédito transitou por um período de expansão, passando por meio do Sistema Financeiro Nacional (SFN), após a implantação do plano real (AMADO, et al, 2017) se destacando especialmente após a crise de 2008, aonde teve um aumento do PIB equivalente a 20%, passando de 25% em 2002, para 45% em 2010 (MORA, 2015). Essa expansão pela busca do crédito vem se destacando cada vez mais, que segundo Serasa Experian (2022) a demanda por esse recurso aumentou mais de 14,7% nos últimos doze meses comparando de maio de 2021 a maio de 2022.

Mesmo com cenário de inflação crescente como aponta IBGE (2022), a busca pelo crédito tem crescido devido à necessidade dos recursos para honrar os compromissos financeiros, e na pesquisa realizada pelo Serasa é nítido esse aumento, representando um acréscimo de 13,3% entre maio e abril de 2022, marcando o maior crescimento do ano; e a maioria dos empréstimos foram solicitados por pessoas com renda mensal em torno de 4 a 8 salários mínimos, resultando em uma escala entre R\$ 5.000,00 a 10.000,00 (SERASA EXPERIAN, 2022).

Quando esse crédito é ramificado, pode-se ver que nem sempre os resultados são positivos, como por exemplo, no crédito habitacional, de acordo com os dados fornecidos pela Abecip (2022), em relação ao mês de junho a julho de 2022 obteve-se um aumento de 12,8%, mas se fizermos a mesma comparação com ano de 2021, expressa uma redução de 4,5%, e nos primeiros sete meses de 2022, representa uma queda de 10,6% em relação ao mesmo período do ano passado, e quando se observa os últimos 12 meses, apresenta um aumento de 4%.

Pode-se notar que um dos fatores principais para a causa dessas oscilações é a alta no Índice Nacional da Construção Civil (INCC), e também na Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), que no INCC apresenta uma alta de 14,53% nos últimos 12 meses (IBGE, 2022), e na Selic ilustra um aumento de 9% nos últimos 12 meses aonde em junho de 2021 era 4,25% a.a. e em junho de 2022 está em cerca de 13,25% a. a. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022). No entanto é nítido como essas

altas influenciam diretamente no financiamento da casa própria, tornando-a mais cara e a dívida maior também.

Segundo Ajzenal o coordenador do curso de desenvolvimento de Negócios Imobiliários da FGV (Fundação Getúlio Vargas) a cada variação de 2,5% da Selic há um aumento de um ponto percentual no Custo Efetivo Total (CET), e cada um ponto percentual deste aumento no CET, resulta em aproximadamente 1 milhão de famílias que perdem a condição financeira e o desejo de realizar o sonho da compra de um imóvel; se considerar o aumento da Selic atual pode-se afirmar que mais de 3 milhões de famílias perderam o acesso ao crédito imobiliário (ABRECIP, 2022).

Segundo a Fenabrave (2022), de acordo com emplacamento de agosto de 2022, pode-se verificar que entre julho e agosto há um aumento na venda de veículos de 14,82%, porém no acumulado dos últimos 12 meses há uma redução de 8,50%. Essa redução pode ser refletida pela crise enfrentada na produção e o aumento constante da Selic, mas o aumento entre o mês de julho e agosto de 2022 pode representar uma melhora nas aquisições dos veículos até o fim do ano.

Contudo, essas evidências ilustram que o setor do crédito veicular está afetado, pode-se certificar disso quando apresentado as taxas de financiamento, que em agosto de 2021 registrava uma média de 23,78% a. a., e em agosto de 2022 apresenta uma média 28,51% a. a. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022). No entanto, é notável que o aumento na taxa Selic e a falta de peças no setor de produção, tem grande impacto nessa queda, que, por sua vez, inibiu boa parte dos brasileiros de buscar o sonho de ter o carro na garagem, devido aos reajustes das taxas de linhas de créditos causadas por esses efeitos inflacionários.

1.1. DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA

É nítido que o aumento dos custos nos financiamentos é influenciado por vários fatores, e principalmente pela Selic, cada vez mais encarcerando o sonho de uma casa própria ou um veículo novo, mas também tem que levar em consideração as taxas que compõem esses financiamentos. Dentre elas, taxas de análise de crédito, abertura, administrativas, juros, seguros impostos e tarifas, nos casos de financiamento habitacional avaliação de imóvel, Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), entre outros, que por diversas vezes não são computadas e nem ilustradas para os adquirentes;

no entanto, é possível ver o impacto dessas taxas no custo efetivo total (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022).

E a falta de educação financeira, ou um planejamento prévio e preciso das modalidades de financiamento e seus custos efetivos totais, estão aumentando o nível de inadimplência dos brasileiros, o qual registra atualmente o maior nível em oito anos, sendo que a cada dez brasileiros adultos 39,17% estavam negativos em julho de 2022, e no último mês os números de pessoas com contas atrasadas cresceram 8,70% em relação a julho de 2021 (CNDL, 2022). Diante dos fatos mencionados anteriormente, será que os contratantes desses financiamentos estão analisando o custo efetivo total das operações tanto no financiamento habitacional, quanto no veicular, afim de obter uma aquisição satisfatória que não comprometa sua renda?

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é analisar o custo efetivo total dos financiamentos habitacionais e veiculares no Brasil.

1.2.2. Objetivos Específicos

- Simular um financiamento padrão habitacional e outro veicular;
- Verificar o valor financiado e parcelas dos financiamentos;
- Realizar apuração do Custo Efetivo Total.

1.3. JUSTIFICATIVA

O presente trabalho se justifica a demonstrar a importância de a sociedade ter acesso ao custo efetivo total dos bancos, devido à falta de recursos para aquisição de um imóvel ou veículo à vista surgindo a necessidade da busca desses financiamentos; na prática, se aplicado os métodos para apuração do custo efetivo total fica mais fácil para o cliente comparar as diversas ofertas de créditos oferecido pelas instituições financeiras.

Este estudo se justifica também, devido a sua importância na demonstração de como a utilização dos métodos de mensurações são importantes para as tomadas de decisões, visto que, elas trouxeram uma maior exatidão dos dados estudados, facilitando o processo de tomada de decisão dos indivíduos que desejam adquirir os financiamentos habitacionais e veiculares.

Para levantamento dos dados fornecidos pelas instituições, no financiamento habitacional e veicular conta com uma taxa atrativa próxima da inflação, sendo considerada com base no Índice de Preços no Consumidor Amplo (IPCA).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O Referencial Teórico descreve a base teórica como um ponto de partida da qual será feita a análise de dados da pesquisa e sua construção comprova o domínio que o pesquisador tem sobre o tema (AZEVEDO, 2016). O referencial teórico deste trabalho foi estruturado em dois tópicos, abordando: o sistema de financiamento habitacional, e sistema de financiamento veicular, e as situações pertinentes de cada sistema de financiamento.

2.1 Sistema de Financiamento Habitacional (SFH)

O Sistema de Financiamento Habitacional (SFH) no Brasil, iniciou-se através de algumas experiências entre as décadas de 1930 e 1960, especialmente através das caixas econômicas federal e estaduais, bem como os institutos de previdências e companhias de seguro (ROSSBACH, 2005). Mas a criação do Sistema de Financiamento Habitacional (SFH) foi instituída em 1964, pela Lei nº 4.380, representando um marco na política habitacional brasileira, visto que foi a primeira vez em que o governo se preocupou com o déficit de moradias de forma sistematizada e organizada (VIOTTO, 2015).

Segundo Brasil (1964), essa lei criada era profundamente desenvolvida, no ponto de vista social, pois era determinada como prioridade máxima, tanto na inserção dos recursos do novo sistema, como também a construção de moradia para a população de baixa renda, em especial os moradores em condições sub-humanas de habitação.

Brasil (1964, p. 6-8), apresenta que os investimentos para o Sistema de Financiamento Habitacional eram advindos de “depósitos a prazo, financiamentos nacionais e internacionais, letras imobiliárias, depósitos compulsórios dos institutos de aposentadorias e pensões”; com o passar do tempo, foram sendo inseridos outros meios de investimento como FGTS, e cadernetas de poupança, e essas fontes de recursos eram destinadas às construções de residência, tanto para as entidades públicas como as privadas respeitando os percentuais mínimos para aplicações de moradias de preços unitários relativamente baixos e fixados sem em salários mínimos vigentes.

Portanto, é notável que a retrospectiva do Sistema de Financiamento Habitacional Brasileiro (SFH), não mudou tanto para os dias atuais, pode-se notar que esses fundos ainda são existentes afim de assegurar e destinar os devidos recursos a esse sistema de financiamento, com a finalidade de inibir o avanço do déficit habitacional no Brasil e, conseqüentemente, uma melhora na falta de moradia própria.

Segundo o Banco Central do Brasil (2018), em sua Resolução nº 4.676/2018, determina algumas condições para o enquadramento do perfil do cidadão para aquisição do Sistema de Financiamento Habitacional e também deixa explícito algumas disposições a respeito da cobrança de algumas tarifas, taxas do financiamento e cálculo das prestações, que pode variar de acordo com cada instituição financeira, e por fim apresenta o sistema de amortização das parcelas podendo ser escolhido pelo contratante os sistema Sistema de Amortização Constante (SAC), Sistema Francês de Amortização (PRICE), Sistema de Amortização Misto (SAM), entre outros.

Em um estudo realizado por Victor, Kuo e Mansoldo (2015) foi possível identificar como funciona cada um desses sistemas na prática, aonde apresenta as vantagens e desvantagens do Sistema SAC, PRICE e SAM. Nesse mesmo trabalho, ele defende que o sistema PRICE não é a melhor opção, mesmo por terem suas prestações fixas sua taxa de juros é muito alta e as amortizações iniciais são muito pequenas, gerando um impacto maior no pagamento final do financiamento.

Já no sistema SAC a vantagem é devida por ter um valor fixo de amortização, isso faz com que o capital abaixa mais rápido, deixando os juros bem menor. O SAC e o SAM têm uma principal desvantagem que é devido pelo alto valor nas prestações iniciais, mas por outro lado foi possível identificar que, após a metade do financiamento, há uma queda considerável no valor das prestações, com isso o mutuário pagaria menos juros no final deixando sua renda menos comprometida (VICTOR, KUO, MANSOLDO, 2015). Vale ressaltar que a opção do sistema de amortização do financiamento habitacional, é ilustrado no processamento de validação de cada indivíduo.

E esse processo de validação do financiamento, se dá pela análise periódica do banco em cada procedimento apresentado anteriormente que, segundo o Banco Central do Brasil (2018), antes de liberar esses recursos o banco faz um levantamento de sua renda para verificar se ela está comprometida com outras dívidas e despesas, e também avalia as documentações enviadas afim de assegurar que as informações condidas são verídicas.

A burocratização nesse processo de validação é uma das problemáticas, visto que apresenta uma série de processos que resultam na barreira do financiamento habitacional, como: tempo excessivo na liberação, documentos da construtora, análise dos documentos apresentados entre outros (BUARQUE; CASADO, 2020). E em um

estudo realizado por Bedin e Benetti (2017), que tinha por objetivo analisar a satisfação das pessoas que possuíam o Programa habitacional, foi possível identificar que um dos pontos negativos listados pelos entrevistados era a parte burocrática e a demora no processo.

Segundo Buarque e Casado (2020, p. 17):

A burocratização de procedimentos para captação de financiamento engessa o setor habitacional de um país, uma vez que dificulta a sua obtenção ao ponto de algumas vezes impedir que isso aconteça. A desburocratização do processo busca oferecer dinamismo e agilidade ao mercado habitacional, evitando custos e desgastes desnecessários.

Todo sistema tem suas vantagens e desvantagens, e por se tratar de recursos financeiros, há situações que podem ser ainda mais complicadas. Observa-se que a burocratização do Sistema de Financiamento Habitacional é bem complicada devido aos seus procedimentos de enquadramento do perfil, quanto para ao processo de triagem para validação do Financiamento. Mas esse procedimento burocrático é necessário afim de assegurar que as informações fornecidas são fidedignas. Mas, por outro lado, bloqueia muitos cidadãos de conseguir a sua casa própria e impossibilitando o superávit habitacional.

2.2 Sistema de Financiamento Veicular (SFV)

O Sistema de Financiamento Veicular foi implementado após o plano real de 1994, que segundo Luppe (2010, p.17) desde a efetivação desse plano, a economia brasileira vive um momento de combinação de fatores produzidos pela estabilidade econômica. O crescimento do volume salarial e do nível de emprego e os acréscimos reais no salário mínimo, levantaram a renda dos indivíduos e, conseqüentemente, aumentou o poder de compra da população na época, dando assim, amplitude nas possibilidades de consumo das famílias brasileiras através dos créditos (LUPPE, 2010, p.17).

O novo cenário que mudou o rosto do Brasil com as baixas taxas de inflação, e a possibilidade de crédito, mostra que a estabilidade da moeda foi alcançada naquele tempo, e o sonho impossível do passado de aquisição de bens como por exemplo um automóvel, começava a se tornar provável (BIALSKI, 1998).

Antes da inserção do Plano Real, os bancos conseguiam se beneficiar dos efeitos inflacionários, sustentando a sua captação de recursos com depósitos à vista que eram aplicados pelos seus clientes sem remuneração, atrelados a outros produtos que rendiam bem menos que as taxas que os próprios bancos conseguiam aplicá-los, gerando para o banco uma receita facilmente de ser ganhada (BIALSKI, 1998). Mas, com a perda da receita inflacionária os sistemas financeiros não obtinham mais essa receita facilmente; após a implantação do Plano real, houve uma real necessidade de buscar outros meios de receitas, afim de assegurar e manter as taxas reais de juros elevadas para evitar uma explosão da demanda após a queda da inflação (PATRICK; ANTONIO; TONETO, 2011 p. 454).

Com aumento da demanda, as atividades econômicas do País se expandiram, principalmente pelo fato da classe baixa ter um poder aquisitivo maior; com isso o setor industrial teve um aumento significativo voltados para os bens duráveis e de capital e, conseqüentemente, levando a um crescimento nas operações de crédito, como empréstimos e financiamentos que, por sua vez, as instituições financeiras buscavam cada vez mais meios inovadores para subsidiar essa procura (PATRICK; ANTONIO; TONETO, 2011 p. 454). E segundo Bialski (1998), quanto mais o tempo passava, mas havia a necessidade dos bancos em criar estruturas mais sofisticadas, com objetivo de atender o grupo que pretendia adquirir os financiamentos de veículos automotivos.

Foi então que veio criação de diversos tipos de sistemas de financiamento como: Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Arredamento Mercantil ou Leasing, e o Consórcio, que até hoje são utilizados por muitas instituições financeiras. Na modalidade do Crédito Direto ao Consumidor (CDC), pode-se identificar que o:

(...) bem é de propriedade do mutuário, mesmo que alienado, já no ato da compra. O consumidor tem a possibilidade de ao longo do financiamento vender o bem com a transferência das 15 parcelas. Ele é a melhor opção para aqueles que desejam quitar as parcelas com antecedência, tendo direito à redução dos juros embutidos no contrato. (KARIN, 2015, p. 14).

Na modalidade do Arrendamento Mercantil, segundo o Banco Central do Brasil, há dois tipos de financiamento, sendo eles o financeiro e operacional. No financeiro o arrendatário poderá comprar o bem após o fim do contrato, já no operacional por não ter a intenção de comprar, ele tem a opção de devolver o bem, prolongar o prazo do contrato, ou comprar considerando o valor de mercado Atual (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022). Na modalidade Consórcio, segundo a Lei nº 11.795/2008, é um método contratual

advindo da reunião de pessoas físicas ou jurídicas, que se unem pelas empresas administradoras de consórcio autorizadas pelo Banco Central (BACEN), com a finalidade de aquisição de bens ou serviços por meio do autofinanciamento, que busca a contemplação dos indivíduos até que todos tenham sido sorteados (BRASIL, 2008).

Cristina (2017), apresenta um gráfico em seu trabalho, aonde expõe as modalidades mais contratadas, quando se trata de financiamento veicular, sendo, 83% correspondentes ao Crédito Direto do Consumidor (CDC), 15% ao Consorcio e 2% Outros. De fato, o Crédito Direto do Consumidor (CDC) é tão solicitado pelos indivíduos que os outros métodos de crédito costumam ser ignorado, como por exemplo o do arrendamento (CRISTINA, 2017).

Maxcielle (2018) reafirma que, mesmo com crescimento do sistema de consórcio de veículos, o financiamento pelo sistema CDC ainda é o mais procurado pelos brasileiros na hora de adquirir os veículos, porém no ponto de vista dele através de um estudo comparativo do Valor Presente Líquido (VPL), entre o sistema CDC e Consórcio, apresentou que o do consórcio é o mais viável, economicamente falando, pois, nesse sistema o valor das prestações e do veículo em si, é corrigido pela inflação ou deflação com o objetivo de assegurar que todos os consorciados adquiram o bem sem ser prejudicado ou beneficiado; mas também ele ressalva que essa opção deve ser muito bem avaliada, visto que, no consórcio a carta de crédito não é concedida imediatamente, como nos casos de financiamento pelo sistema CDC.

No entanto de modo geral o consórcio deve ser solicitado para aqueles cidadãos que não necessitam imediatamente do veículo e que não se importam com a instabilidade das prestações, visto que elas podem variar ao longo do prazo; e ele menciona a importância do conhecimento antes de optar por umas dessas modalidades, afim de garantir que sua necessidade irá ser atendida, e que sua renda não vai ser comprometida tornando-se uma dívida excessiva, prejudicando tanto os credores como as instituições fornecedoras (MAXCIELLE, 2018).

No entanto, é notável a existência de vários sistemas de financiamento veicular, afim de subsidiar financeiramente os desejos das pessoas com objetivo de aquisição de um veículo próprio. Em cada modelo apresentado tem seu processo de triagem para validação do financiamento, e também os seus custos, com taxas, seguros, entre outros, que é de determinado de forma exclusiva por cada instituição financeira.

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTOS DA PESQUISA

De acordo com Beuren (2013) o objetivo do delineamento da pesquisa é fornecer meios alternativos de guiar o estudante, para chegar mais rápidos aos problemas da pesquisa. A tipologia de pesquisa, será quanto aos objetivos e quanto aos procedimentos, sendo os objetivos exploratórios e descritivos, e quanto aos procedimentos estudo de caso e documental.

Segundo Beuren (2013) a pesquisa exploratória busca conhecer com maior ênfase no assunto, com a finalidade de fornecer informações interessantes para o desenvolvimento da pesquisa. A pesquisa exploratória será utilizada neste trabalho com propósito de esclarecer a importância do cálculo do custo efetivo total dos financiamentos e conseguir informações através do material teórico, com objetivo de realizar a aplicação do conhecimento estudado, na realidade dos cidadãos brasileiros.

No ponto de vista de Gil (1999), relata que a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever características de uma estipulada população ou fenômenos. Andrade (2010), complementa que a pesquisa descritiva tem sua importância com a observação dos fatos, registros, análises, classificação e interpretação dos dados, com objetivo de realizar estudos sem a manipulação do pesquisador. Portanto foi utilizada a pesquisa descritiva para obtenção das simulações dos financiamentos, e também as análises, classificações e interpretações dos resultados coletados.

O procedimento de pesquisa do tipo estudo de caso segundo Beuren (2013, p. 84): “caracteriza-se principalmente pelo estudo concentrado de um único caso. Esse estudo é preferido pelos pesquisadores que desejam aprofundar seus conhecimentos a respeito de determinado caso específico”. Logo esse delineamento se encaixa nesse trabalho, pois há um único objeto de estudo, sendo o enfoque dele a elaboração de um estudo comparativo do custo efetivo total dos financiamentos habitacionais e veiculares entre os bancos mais populares no Brasil.

Brasil e Cunha (2012) expõem que a pesquisa documental é válida para materiais que não sofreram tratamento por outros indivíduos, ou seja, ainda não foram estudados

de forma específica, e uma das vantagens desta pesquisa é que as fontes de dados mais seguras, sendo assim, contribuindo com a comunidade científica. Gil (1999), define duas classificações documentais, sendo fontes de primeira e segunda mão, os documentos de primeira mão não recebem tratamento crítico, como: cartas, contratos, jornais, diários, filmes, entre outros, já os documentos de segunda mão receberam esse tratamento e foram analisados, como: relatórios empresariais, relatórios de pesquisa, tabelas, entre outras. Contudo o projeto de pesquisa abrange o procedimento documental de segunda mão, pois foram coletados relatórios e informações dos bancos estudados, e por fim realizado as análises desses dados coletados para assim levantar as simulações dos custos efetivos totais de cada financiamento presente em cada banco.

3.2 DEFINIÇÕES DA ÁREA

Os cinco bancos do projeto de pesquisa (Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Santander e Itaú Unibanco), foram analisados na Capital do Estado do Mato Grosso do Sul, na Cidade de Campo Grande um município brasileiro da região Centro-Oeste. Todos seguem um padrão para as aquisições dos financiamentos, sendo eles; recursos financeiros, idade, entrada mínima, número de parcelas (mínimas e máximas), sistema de amortização, e etc., respeitando as disposições e especificações presentes em cada banco.

3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

As técnicas que foram adotadas para a coleta de dados, conduziram-se através de documentos e informações físicas, dados digitais que foram coletados através dos sistemas bancários, como as próprias simulações, e também taxas, despesas, e outras informações pertinentes. A maioria das informações foram obtidas pelos meios virtuais possíveis, sendo eles, sites, aplicativos, e telefones, mas também algumas foram fornecidas presencialmente pelos responsáveis do setor de financiamentos que atendem essas solicitações.

No Sistema de Financiamento Habitacional (SFH), só não foi possível coletar as informações do banco Itaú Unibanco, devido à não disponibilidade desses recursos para o perfil adotado na simulação; foi coletado algumas informações via site, porém elas não foram suficientes para concretizar o estudo, mas nos outros bancos os valores do bem, as entradas e o valor financiado são padrões, sendo, o valor do bem R\$ 160.000,00, a entrada R\$ 32.000,00 (equivalente a 20%), e o valor financiado R\$ 128.000,00, porém as parcelas

não seguiram o mesmo padrão, devido às diretrizes de cada banco. No entanto, a Caixa e o Santander foram simulados em 35 anos equivalente a 420 vezes, e no Banco do Brasil, e Bradesco, foram simulados em 30 anos equivalente a 360 vezes, como apresenta a Tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Padrão adotado na coleta do Sistema de Financiamento Habitacional.

Sistema de Financiamento Habitacional - SFH			
Banco	Entrada (20%)	Valor Financiado	Nº de Parcelas
Caixa	R\$ 32.000,00	R\$ 128.000,00	420
Santander	R\$ 32.000,00	R\$ 128.000,00	420
Bradesco	R\$ 32.000,00	R\$ 128.000,00	360
Banco Brasil	R\$ 32.000,00	R\$ 128.000,00	360

Fonte: Elaborada pelo autor, com dados da pesquisa (2022)

No Sistema de Financiamento Veicular (SFV) o bem foi padronizado como veículo novo, da marca Volkswagen modelo Gol 1.0 Popular, e também os valores dos bens, entrada, e valor financiado foram os mesmos, exceto do banco Santander, que obteve uma entrada maior, devido as suas diretrizes. Logo, no Banco do Brasil, Bradesco, Caixa e Itaú Unibanco, o valor do bem foi simulado em R\$ 75.000,00 reais, a entrada R\$ 18.750,00 reais (equivalente a 25%), e o valor financiado R\$ 56.250,00 reais, e no Santander o valor do bem foi simulado em R\$ 75.000,00 reais, a entrada R\$ 34.282,47 reais (aproximadamente 45,71%), e o valor financiado R\$ 40.717,53, o único padrão entre todas as simulações do SFV foram as parcelas que resultaram no prazo de 5 anos equivalente a 60 parcelas mensais, como apresenta a Tabela 2 abaixo:

Tabela 2: Padrão adotado na coleta do Sistema de Financiamento Veicular.

Sistema de Financiamento Veicular - SFV			
Banco	Entrada (25%)	Valor Financiado	Nº de Parcelas
Caixa	R\$ 18.750,00	R\$ 56.250,00	60
Bradesco	R\$ 18.750,00	R\$ 56.250,00	60
Banco Brasil	R\$ 18.750,00	R\$ 56.250,00	60
Itaú Unibanco	R\$ 18.750,00	R\$ 56.250,00	60
Banco	Entrada (45,71%)	Valor Financiado	Nº de Parcelas
Santander	R\$ 34.282,47	R\$ 40.717,53	60

Fonte: Elaborada pelo autor, com dados da pesquisa (2022)

3.4 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

A técnica que foi adotada para efetuar as análises dos dados coletados, foram a utilização do material teórico (sites, artigos, livros, revistas, etc.), mostrando todos procedimentos para efetuar a análise na prática. Após esse processo, foram utilizadas planilhas e tabelas para assunto estudado, com finalidade de apurar o custo efetivo total usando o Valor Presente Líquido (VPL), Taxa Interna de Retorno (TIR), e a Taxa Mínima de Atratividade (TMA) de cada financiamento presente, em cada banco específico. Em seguida será realizado um comparativo do custo efetivo total fornecido pelos bancos e o custo efetivo total apurado, e ao final apresentá-los para obter uma melhor visualização dos resultados e, conseqüentemente, uma melhor tomada de decisão.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Inicialmente foi elaborado pelo autor, um levantamento de todas as simulações dos financiamentos, tanto habitacionais como veiculares, esquematizando-as em planilhas do Excel, separando por bancos e aplicando a Taxa Interna de Retorno (TIR) e o Valor Presente Líquido (VPL) com a Taxa Mínima de Atratividade (TMA) equivalente ao valor da Taxa Selic Atual que está 13,75% a.a. Com os dados obtidos foi possível elaborar a Tabela 3 a qual apresenta os dados do Financiamento Habitacional, e a Tabela 5 que ilustra os dados do Financiamento Veicular, e por fim, e também foi possível realizar um comparativo entre o Custo Efetivo Total (CET) fornecido pelo banco e a Taxa Interna de Retorno (TIR) encontrada nas planilhas elaboradas, que resultaram na Tabela 4 para o financiamento habitacional e na Tabela 6 para o Financiamento Veicular.

As simulações dos financiamentos habitacionais e veiculares foram avaliadas por técnicas e métodos de mensurações tradicionais, sendo elas, o Valor Presente Líquido (VPL), Taxa Interna de Retorno (TIR) e a Taxa Mínima de Atratividade (TMA). Segundo ROSS *et al*, (2015) define que a utilização do Valor Presente Líquido (VPL), é fundamental no processo de tomada de decisão com a finalidade de determinar se o investimento deve ou não ser aceito e, também ele apresenta uma regra básica para o VPL, que só deve ser aceito se o VPL for maior que zero, visto que se for negativo, ilustra que o investimento não vai atender à necessidade revelada.

A Taxa Interna de Retorno (TIR), é a taxa mais perto que se pode chegar ao VPL, sem realmente ser o VPL, em via de regra é a taxa que faz com que o VPL seja igual a zero (ROSS *et al*, 2015, p.142), e Brigham e Ehrhardt (2016) complementa que essa taxa é uma estimativa do retorno do projeto, ou seja, se esse retorno exceder os custos destes fundos, vale apenas adquirir o projeto. Bruni e Famá (2017) apresenta que o custo de capital, é representado também pelo Taxa Mínima de Atratividade (TMA), que retrata o preço que a empresa paga pelos fundos óbitos junto as fontes de financiamento, em outras palavras a TMA e o valor em percentual de quantos no mínimo tem que retornar dos custos aplicados. Vale ressaltar que a Taxa Mínima de Atratividade (TMA) ela é subjetiva, atentando para a taxa livre de risco e o prêmio pelo risco.

Portanto, observa-se que para investimos no negócio é ter sucesso necessário que o VPL esteja positivo maior que zero, porém no presente trabalho é o procedimento inverso do conceito desses métodos de mensurações, pois por se tratar de aquisições de

financiamentos, quanto mais o VPL abaixo ou próximo do zero, mostra que o financiamento é o mais vantajoso do que os demais, pois, isso mostra que efetivamente você vai desembolsar menos recurso às instituições financeiras e, conseqüentemente seu Custo Efetivo Total (CET) para aquisição do financiamento será menor.

Tabela 3: Análise de dados – Sistema de Financiamento Habitacional.

SFH		
Bancos	VPL	TIR
Caixa Econômica Federal	-R\$ 30.616,04	9,370% a.a
Brasil do Brasil	-R\$ 9.307,70	12,394% a.a.
Bradesco	-R\$ 21.693,37	10,543% a.a.
Santander	-R\$ 25.167,85	10,053% a. a.

Fonte: Elaborada pelo autor, com dados da pesquisa (2022)

Nos financiamentos, o VPL menor é desejável. Os resultados apresentaram, de acordo com dados obtidos pela TIR e VPL da Tabela 3, que a melhor opção para aquisição de um imóvel é na Caixa Econômica Federal, por se tratar do maior VPL negativo apresentado – R\$ 30.616,04 e com a TIR mais bem colocada que os demais, representada por 9,37% a. a. com a TMA em 13,75% a. a. Sendo assim, isso mostra que este banco é o mais viável das opções apresentadas, sendo atribuído um Custo Efetivo Total equivalente a 9,37%, a. a., o que representa uma diferença de aproximadamente um ponto percentual dos outros.

Tabela 4: Análise de dados – Comparativo entre o CET e a TIR.

SFH		
Bancos	CET (%)	TIR
Caixa Econômica Federal	10,11% a. a.	9,370% a. a.
Brasil do Brasil	12,51% a. a.	12,394% a. a.
Bradesco	10,68% a. a.	10,543% a. a.
Santander	10,39% a. a.	10,053% a. a.

Fonte: Elaborada pelo autor, com dados pesquisa (2022)

Quando observada a Tabela 4, onde se apresenta o CET realizado pelos bancos, e a TIR encontrada pode-se ver uma pequena diferença nos resultados obtidos, que pode ser advindo de taxas, as quais não foram atribuídas na parcela dos financiamentos.

Tabela 5: Análise de dados – Sistema de Financiamento Veicular.

SFV		
Bancos	VPL	TIR
Caixa Econômica Federal	R\$ 3.850,53	17,155%
Banco do Brasil	R\$ 21.857,37	33,092%
Bradesco	R\$ 34.633,34	43,843%
Santander	R\$ 21.160,91	39,165%
Itaú Unibanco	R\$ 16.997,66	28,599%

Fonte: Elaborada pelo autor, com dados pesquisa (2022)

Na aquisição de um veículo próprio os valores não deram negativo como apresenta a Tabela 5, mas se partir do método adotado vai selecionar a opção que tem o custo efetivo total mais baixo das demais opções. Se partir das análises fornecidas pelo VPL e a TIR, pode-se ver que também a instituição “mais barata” para fazer aquisição de um veículo é a Caixa Econômica Federal, visto que, é o banco com VPL mais próximo do zero, considerando a TMA igual à Taxa Selic de 13,75% a.a., registrando o VPL em R\$ 3.850,53 e a TIR representada por 17,16% a.a. aproximadamente.

Tabela 6: Análise de dados – Comparativo entre o CET e a TIR.

SFV		
Bancos	CET (%)	TIR
Caixa Econômica Federal	*	17,155%
Brasil do Brasil	33,09%	33,092%
Bradesco	43,75%	43,843%
Santander	39,75%	39,165%
Itaú Unibanco	28,59%	28,599%

Fonte: Elaborada pelo autor, com dados pesquisa (2022)

Quando observada a Tabela 6, nota-se que os valores fornecidos pelos bancos sobre o Custo Efetivo Total (CET), é similar ao encontrado nos dados da pesquisa, exceto na Caixa Econômica Federal, que não foi fornecido o CET pela instituição financeira.

Foram encontrados dois estudos anteriores, sendo o do IPEA (2013) e Ribeiro e Costa (2018) a respeito do financiamento habitacional, procurando classificar a busca pelo crédito habitacional nas instituições financeiras. Os resultados foram predominantes ao banco Público, Caixa Econômica Federal, aonde concentram a maior participação do crédito habitacional devido ao seu tempo de mercado e também as suas ofertas de taxas de juros bem menores que os demais.

Também foram levantados dois estudos anteriores, Costa e Pinto (2013) e Costa (2015), a respeito do financiamento veicular, buscando apresentar a viabilidade do crédito veicular nos bancos Brasileiros. Os resultados não são muitos diferentes, quanto aos dados sobre o financiamento de veículos pois a Caixa Econômica Federal é uma das melhores quanto à taxa de juros. Isso acontece porque a caixa é um banco de risco soberano, por ser manuseada pelo Tesouro Nacional, tendo a possibilidade de aplicar reduções abaixo das demais instituições financeiras. Vale ressaltar que foi levantado também os dados do Banco Central do Brasil (2022) que, no quesito aquisições de veículos em relação à classificação por taxa de juros dos bancos estudados neste trabalho, está em primeiro o Bradesco, em segundo o Banco do Brasil e, em terceiro, a Caixa Econômica Federal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo, analisar e apurar o custo efetivo total dos financiamentos habitacionais e veiculares em cinco bancos brasileiros da cidade de Campo Grande-MS. Inicialmente foi levantado e padronizado todos os dados fornecidos pelas instituições financeiras da cidade e planilhados em Excel para encontrar o VPL e a TIR, e por fim apurar o custo efetivo total pertinente em cada sistema de financiamento. Em seguida, foi possível fazer uma tabela com os dados coletados afim de obter uma análise comparativa mais precisa das informações dos financiamentos presentes em cada banco.

Para apuração do custo efetivo total, foram analisados no sistema de financiamento habitacional e veicular, o valor presente líquido (VPL) e a taxa interna de retorno (TIR), com a taxa mínima de atratividade (TMA) igual à taxa Selic correspondente a 13,75% a. a. Os resultados transmitiram uma predominância da Caixa Econômica Federal nas duas modalidades, registrando no financiamento habitacional um custo efetivo total de 9,37% a. a. representado pela TIR e um VPL de -R\$30.616,04; já no financiamento veicular apresentou um custo efetivo total de aproximadamente 17,16% a. a. representado pela TIR e um VPL de R\$ 3.850,53. Portanto, é de extrema importância apurar o custo efetivo total quando se trata de financiamento afim de escolher a opção que menos irá comprometer a renda do indivíduo, visto que neste estudo evidencia-se com nitidez que a Caixa Econômica Federal, por ser um banco público e ter uma melhor facilidade de disponibilizar menores taxas, acaba sendo a prioridade entre os cidadãos.

Este trabalho tem por limitação a quantidade de bancos, buscando só as instituições mais conhecidas no Brasil, e não se dispôs a utilizar muitas taxas variáveis pertinentes em cada entidade financeira, devido ao curto período de análise, e também da demanda de tempo em esquematizar e organizar todas essas taxas variáveis e tentar colocá-las em um padrão específico.

Para as pesquisas posteriores sobre o tema, recomenda-se que busquem trabalhar com horizonte de tempo mais longo, para assim conseguir utilizar um maior número de amostra de entidade financeiras, incluindo os bancos digitais, e também fazer um levantamento histórico das taxas dessas instituições analisando suas respectivas evoluções, principalmente nesse período pandêmico. Por fim sugere-se utilizar-se de mais dados variáveis, como por exemplo, taxas (ITBI, seguros, etc.), entradas equiparadas com a faixa salarial, renda mínima das três classes (baixa, média e alta).

6 REFERÊNCIAS

ABECIP - Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança. **Boletim Informativo de Crédito Imobiliário e Poupança**. 2022. Disponível em: <https://www.abecip.org.br/admin/assets/uploads/anexos/data-abecip-2022-07.pdf> Acesso em: 02. set. 2022.

ABECIP - Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança. **Notícias**. Alta dos juros faz 3 milhões de famílias perderem acesso ao financiamento imobiliário, 2022. Disponível em: <https://www.abecip.org.br/imprensa/noticias/alta-dos-juros-faz-3-milhoes-de-familias-perderem-acesso-ao-financiamento-imobiliario> Acesso em: 02. set. 2022.

AMADO Tristão, P. *et al.* **Evolução do crédito pessoal e habitacional no brasil: uma análise da influência dos fatores macroeconômicos no período pós-real**. 2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/4863> Acesso em: 01. set. 2022.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10 ed. São Paulo/SP: Atlas, 2010, p. 112. Disponível em: <http://docplayer.com.br/219861675-Maria-margarida-de-andrade-introducao-a-metodologia-do-trabalho-cientifico-10-a-edicao.html> Acesso em: 23. set. 2022.

AZEVEDO, D. Revisão de Literatura, Referencial Teórico, Fundamentação Teórica e Framework Conceitual em Pesquisa – diferenças e propósitos. **Working paper**, 2016. Disponível em: <https://unisinus.academia.edu/DeboraAzevedo/Papers> Acesso em: 03. jul. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Diretoria Colegiada. **Resolução CMN nº 63, de 17 de agosto de 1967**. Diário Oficial da União. Brasília, 1967. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1967/pdf/res_0063_v1_O.pdf Acesso em 31. out. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Diretoria Colegiada. **Resolução CMN nº 5.004, de 24 de março de 2022**. Dispõe sobre os requisitos a serem observados na oferta, na contratação e na prestação de serviços de operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro. Diário Oficial da União. Brasília, 2022. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CMN&numero=5004> Acesso em: 10. jul. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Diretoria Colegiada. **Resolução nº 4.676, de 31 de julho de 2018**. Dispõe sobre os integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), as condições gerais e os critérios para contratação de financiamento imobiliário pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e disciplina o direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança. Diário Oficial da União. Brasília, 2018. Disponível em:

https://normativos.bcb.gov.br/Lists/Normativos/Attachments/50628/Res_4676_v8_L.pdf Acesso em: 05. jul. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Entenda o juro**. 2022. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira/entendajuro>> Acesso em: 04 de set. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Pessoa Física – Aquisições de Veículos**. 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/reporttxjuros?parametros=tipopessoa:1;modalidade:401;encargo:101> Acesso em 03. set. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxa Selic**. 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic> Acesso em: 02. set. 2022.

BEDIN, A.; BENETTI, J. L. Nível de satisfação dos adquirentes de um apartamento pelo programa minha casa minha vida em um edifício localizado em Chapecó/SC.

Revista Tecnológica. v.6, n. 1, 2017. Disponível em: <https://uceff.edu.br/revista/index.php/revista/article/view/227/203> Acesso em: 05. jul. 2022.

BEUREN, I. M. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013. Disponível: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522486977/cfi/0!/4/2@100:0.00> Acesso em: 22. nov. 2019.

BIALSKI, Victor. **A disputa pelo financiamento de veículos no brasil**: como prevalecer em um mercado competitivo do ponto de vista de um banco de montadora.

São Paulo: EAESPIFGV, 1998. 158p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de MBA da EAESPIFGV, Área de Concentração: Mercadologia). Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/5808/1199901103.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 07. jul. 2022.

BRASIL. **Lei n. 4.380, de 21 de agosto de 1964.** Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. Presidência da República. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4380.htm Acesso em: 03. jul. de 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008.** Dispõe sobre o Sistema de Consórcio. Presidência da República. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111795.htm Acesso em: 12. jul. 2022.

BRASIL, C. S. D.; CUNHA, I. C. **Metodologia para iniciação à prática da pesquisa e da extensão II.** Florianópolis: CEAD/UEDESC/UAB, 2012. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/560947/2/Metodologia_Pesquisa_web%202.pdf Acesso em: 23. set. 2022.

BRIGHAM, E. F.; EHRHARDT, M. C. **Administração financeira: teoria e prática.** 3. ed. São Paulo: Cengage learning, 2016. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522124008/pageid/0> Acesso em: 10. out. de 2022.

BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. **As decisões de investimento: com aplicações na HP 12C e Excel.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: [https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597012910/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dbody005\]!/4/40/12](https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597012910/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dbody005]!/4/40/12) Acesso em: 11. out. 2022.

BUARQUE, C. A. S.; CASADO, A. C. J. Sistemas de financiamento habitacional Brasileiro: descrição da situação atual. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 51, n. 1, p. 9-19, 2020. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/viewFile/895/800> Acesso em: 04. jul. 2022.

CNDL - Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas. **Inadimplência é a maior em oito anos e atinge 63,27 milhões de brasileiros, aponta CNDL/SPC Brasil.** 2022.

Disponível em: <https://site.cndl.org.br/inadimplencia-e-a-maior-em-oito-anos-e-atinge-6327-milhoes-de-brasileiros-aponta-cndlspc-brasil/> Acesso em 04. set. 2022.

COSTA, F. N. Atuação Anticíclica dos Bancos Públicos Brasileiros. **Countercyclical role of Public Brazilian Banks.** v.3, n. 2, p. 47-77, 2015. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/view/31902> Acesso em: 13. out. 2022.

COSTA, F. N.; PINTO, G. M. A. **Texto para discussão:** impactos da pressão para concorrência bancária no mercado de crédito Brasileiro. 2013. Disponível em:

<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3246/TD215.pdf> Acesso em: 13. out. 2022.

RIBEIRO, T. R.; COSTA, T. B. S. **Financiamento para programa minha casa minha vida:** banco do brasil x caixa econômica federal. 2018. Disponível em:

<https://dspace.doctum.edu.br/bitstream/123456789/1945/1/FINANCIAMENTO%20PARA%20PROGRAMA%20MINHA%20CASA%20MINHA%20VIDA.pdf> Acesso em: 13. out. 2022.

CRISTINA, M. C. S. **A Inadimplência do consumidor no financiamento de veículos.** 2017. Disponível em:

https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/31971/1/2017_tcc_mccsales.pdf Acesso em 14. ago. 2022.

FENABRAVE - Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores.

Informativo – Emplacamentos. 2022. Disponível em:

http://www.fenabreve.org.br/portal/files/2022_08_2.pdf Acesso em: 03. set. 2022.

FILHO, E. T. T., COSTA, F. N. **Financiamento de longo prazo no Brasil:** um mercado em transformação. Rio de Janeiro: Ipea, 2013. Disponível em:

<https://www.econstor.eu/bitstream/10419/121601/1/821942573.pdf> Acesso em: 13. out. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf> Acesso em: 23. nov. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Agência IBGE Notícias**. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/34258-em-junho-indice-nacional-da-construcao-civil-fica-em-1-65> Acesso em: 02. set 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Inflação**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php> Acesso em: 01. set. 2022.

KARIN, Fernanda S. S. **Análise dos fatores que possivelmente influenciaram no volume de recursos para financiamentos de veículos de passeio, no período de 2012 a 2014**. 2015. Disponível em:

<https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/52268/R%20-%20E%20-%20FERNANDA%20KARIN%20DA%20SILVA%20SUSIN.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 08. jul. 2022.

LUPPE, Marcos Roberto. **Evidências da Sofisticação do Padrão de Consumo dos domicílios brasileiros: uma análise das Cestas de Produtos de Consumo Doméstico**. 2010. 231 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-05012011-125209/publico/MarcosRobertoLuppe.pdf> Acesso em: 07. jul. 2022.

MAXCIELLE, J. A. **Sistema de consórcio: Uma Análise do Funcionamento do Sistema de Consórcio em Comparação ao Financiamento para a Modalidade de Veículos Leves**. 2018. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/38071/1/ALC%c3%82NTARA%2c%20Joedylla%20Maxcielle.pdf> Acesso em: 14. ago. 2022.

MORA, M. **A evolução do crédito no brasil entre 2003 e 2010**. Rio de janeiro: Ipea, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3537/1/td2022.pdf> Acesso em 01. set. 2022.

PATRICK, A. G.; ANTONIO, M. S. V.; TONETO, R. JR. **Economia Brasileira Contemporânea**. 7. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5732093/mod_resource/content/1/Amaury%20e%20Rudinei%20-%20Cap.%2018%20-%20FHC%20e%20Lula.pdf Acesso em: 11. ago. 2022.

ROSS, S. A. *et al.* **Administração financeira**: versão brasileira de corporate finance. 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015. Disponível em:
<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788580554328/pageid/0> Acesso em: 10. out. de 2022.

ROSSBACH, A. M. C. **Financiamento Habitacional no Brasil**. 2005. Disponível em:
<https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/9299/1/Financiamento%20Habitacional%20no%20Brasil.pdf> Acesso em: 03. jul. 2022.

SERASA EXPERIAN. **Indicador Serasa Experian de Demanda do Consumidor por Crédito**. 2022. Disponível em:
<https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.serasaexperian.com.br%2Fimages-cms%2Fwp-content%2Fuploads%2F2021%2F01%2FDemanda-dos-Consumidores-por-Credito-2-1.xlsx&wdOrigin=BROWSELINK> Acesso em: 01. set. 2022.

VICTOR, P. D. P.; KUO, C. R.; MANSOLDO, D. S. **Educação Financeira: Tomar Decisão a Partir da Comparação de Dados de Amortização**. 2015. Disponível em:
<https://periodicos.ufrj.br/index.php/gepem/article/view/51/38> Acesso em 14. ago. 2022.

VIOTTTO, A. G. **Direito e Financiamento: As Transformações Regulatórias na Passagem do Sistema Financeiro de Habitação para o Sistema de Financiamento Imobiliário**, 2015. Disponível em:
https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-15092016-152957/publico/CORRIGIDA_Aline_Viotto_Gomes.pdf Acesso em: 03. jul. 2022.